

**SELEÇÃO PÚBLICA DE BOLSISTAS PARA ATUAÇÃO NOS PROJETOS E AÇÕES
PEDAGÓGICAS DA FUNDAÇÃO CECIERJ E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
EDITAL EXT-CECIERJ 003/2019 – PROGRAMA TEC RJ**

Prova para o perfil – P18

CPF

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

PERFIL

NOTA (campo exclusivo da Fundação Cecierj)

1. Considerando-se a Lei do Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98), analise as seguintes afirmações:
 - I. A suspensão do processo, nos termos do Art. 89 da Lei nº 9.099/95, pode ser aplicada a crimes cuja pena máxima não seja superior a três anos.
 - II. São aplicáveis à pessoa jurídica as penas de multa, restritiva de direitos e prestação de serviços à comunidade.
 - III. Os crimes são de ação penal pública incondicionada e pode ser concedida a transação penal do Art. 76 da Lei nº 9.099/95, independentemente da reparação do dano ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.

2. Com relação à tutela constitucional ao meio ambiente e à PNMA, assinale a opção correta.

- (A) Compete aos municípios, por intermédio do plano diretor, instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (B) Embora não seja classificada como recurso ambiental devido a sua natureza incompatível com a apropriação, a atmosfera é protegida pelo direito ambiental, assim como a água, o solo e o subsolo.
- (C) São metas da PNMA o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e o incentivo à criação de tecnologia voltada para a melhoria da qualidade ambiental.
- (D) A recuperação de áreas degradadas é exigida das mineradoras por previsão constitucional expressa e, sob aspectos gerais, é prevista na lei como um dos princípios da PNMA.

3. Em relação à Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187/09, é correto afirmar que:

- (A) O conceito de “adaptação” se refere às medidas necessárias para adaptar o sistema produtivo aos objetivos da política climática, reduzindo o volume de emissões de gases de efeito estufa, e o conceito de “mitigação” se refere às iniciativas para reduzir a vulnerabilidade das populações mais afetadas pelas mudanças climáticas.
- (B) A implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima é de competência privativa da União.
- (C) Com a aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, qualquer pessoa, física ou jurídica, responsável, direta ou indiretamente, por emissões de gases de efeito estufa pode ser obrigada, inclusive judicialmente, a compensar integralmente suas emissões, até por força do princípio do poluidor pagador.
- (D) Os registros, inventários, estimativas, avaliações e outros estudos de emissões de gases de efeito estufa e de suas fontes elaborados com base em informações e dados fornecidos por entidades públicas e privadas são instrumentos da Política Nacional Sobre Mudança do Clima.

4. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pela Resolução Conama nº 01/86 e alterado pela Resolução nº 237/97. É correto dizer que o EIA deve

- (A) identificar e avaliar sistematicamente os aspectos e impactos ambientais gerados nas fases de implantação, operação e desativação da atividade.
- (B) apontar os possíveis danos ambientais por meio de estudos de valoração ambiental.
- (C) determinar a criação e a implantação de área relevante de interesse ecológico.
- (D) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização, confrontando-se com a hipótese de não execução do projeto.

5. Em janeiro de 2015, a CASAN obteve da Fatma a licença ambiental prévia para o sistema de esgotamento sanitário do Sul da Ilha, em Florianópolis. Agora, o projeto segue com a complementação dos estudos ambientais e finalização dos projetos para obtenção da Licença de Instalação. Entre as melhorias, está a previsão de tratamento terciário, que possibilitará a remoção de

- (A) sólidos em suspensão grosseiros.
- (B) matéria orgânica em suspensão fina.
- (C) fósforo e nitrogênio.
- (D) matéria orgânica solúvel.

6. A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, na publicação do caderno “Estudos sobre diretrizes para uma economia verde no Brasil”, considera a silvicultura brasileira como a mais sustentável do mundo, propiciando a produção de *commodities* “limpas” competitivas. Porém, ainda é obrigada a conviver e a enfrentar várias barreiras que impedem e comprometem sua sobrevivência, tais como:

- I. Política e gestão ambiental, com uma legislação extensa, complexa e de difícil aplicabilidade.
- II. Política de crédito incompatível com a realidade de longo prazo da silvicultura.
- III. Inexistência de uma carteira de seguro florestal que minimize os riscos do produtor, ao investir na silvicultura, considerada de alto risco.
- IV. Falta de terras para plantio, principalmente em áreas devolutas da União.
- V. Falta de tecnologias para plantio.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II e III.

7. *A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que uma das “correntes” que dá sustentação às ideias acima é*

- (A) a que postula a necessidade de investimento no consumo e no turismo ecológicos, de forma a atingir o equilíbrio econômico, promovendo o congelamento do crescimento industrial em termos globais.
- (B) aquela que defende a posição de que o desenvolvimento sustentável só se concretizará nos países do Hemisfério Norte, dado que suas necessidades e demandas por consumo de recursos naturais ou ecológicos seriam atendidas pelos países pobres ou em desenvolvimento.
- (C) aquela que exige do Estado, dos coletivos que integram o sistema de representação política e da sociedade civil organizada o esforço na elaboração de um pacto de curto prazo de modo à desmercadorizar os recursos naturais, tornando-os bens coletivos.
- (D) a crítica ao modo de vida atual que tem por objetivo encontrar uma resposta à necessidade de sintonizar os processos ambientais com os socioeconômicos, aumentando a produção de novos ecossistemas que poderiam favorecer melhor qualidade de vida.

8. Quanto às sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, é incorreto afirmar que
- (A) são condutas tipificadas como ilícitos penais contra o meio ambiente, entre outras: fundear embarcação sobre banco de moluscos devidamente identificado em carta náutica; pescar em local interdito pelo órgão competente; pescar espécime que deva ser preservada; transportar espécime de pesca ou apanha proibidas.
 - (B) são condutas tipificadas como ilícitos penais contra o meio ambiente, entre outras: danificar floresta considerada de preservação permanente; cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; transportar balões que possam provocar incêndios nas florestas, em áreas urbanas ou em qualquer tipo de assentamento humano.
 - (C) quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes lesivos ao meio ambiente incide nas penas a esses cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.
 - (D) são condutas tipificadas como ilícitos penais contra o meio ambiente, entre outras: perseguir espécime da fauna silvestre, nativo ou em rota migratória; modificar ninho, abrigo ou criadouro natural; provocar perecimento de espécime da fauna aquática existente em lagoa ou água jurisdicional brasileira, mediante a emissão de efluentes ou carreamento de materiais.
9. Após regular estudo de impacto ambiental (EIA) quanto à construção de estaleiro, verificou-se que o empreendimento possui significativo impacto ambiental. Com relação à emissão de licença ambiental para a referida atividade, a ser concedida pela autoridade ambiental competente, assinale a alternativa correta.
- (A) A licença ambiental não pode ser concedida, tendo em vista significativo impacto ambiental do empreendimento, em atendimento ao princípio da prevenção ambiental.
 - (B) A licença ambiental pode ser concedida, desde que o empreendedor realize compensação ambiental, apoiando a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral.
 - (C) A licença ambiental não pode ser concedida, salvo se celebrado termo de ajustamento de conduta com algum dos órgãos públicos de tutela do meio ambiente, em que são previstas obrigações de mitigação dos impactos.
 - (D) Somente a licença prévia pode ser concedida, mas não a licença de instalação e a licença de operação, podendo o particular requerer novamente as demais licenças no prazo de seis meses, comprovando a mitigação dos impactos.
10. São instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, exceto:
- (A) o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.
 - (B) o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental para as atividades causadoras de degradação ambiental.
 - (C) o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
 - (D) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Gabarito - P18 – Gestão Ambiental - (ID1, TD e TP2)

Questão 1	D
Questão 2	D
Questão3	D
Questão 4	A
Questão 5	C
Questão 6	D
Questão 7	D
Questão 8	D
Questão 9	B
Questão 10	B